

**2/10/1986**

**PT quer reinquirir testemunha**

São Paulo — O advogado Luís Eduardo Greenhalgh, que defende os parlamentares do PT envolvidos no conflito entre policiais e bóias-frias na cidade de Leme, vai pedir ao delegado seccional de Piracicaba, Adolfo Magalhães Lopes, que ouça novamente o motorista José Henrique Cafasso, testemunha do conflito, que disse ao JORNAL DO BRASIL que seu depoimento foi deturpado pela polícia.

No conflito de Leme, em julho, duas pessoas morreram e 22 ficaram feridas, durante greve dos cortadores de cana. Foi com base no primeiro depoimento do motorista, no dia 11 de julho — quando ocorreu o choque — que autoridades dos governos federal e estadual acusaram o PT de responsável pelas mortes, uma vez que os tiros teriam saído de um Opala oficial a serviço dos parlamentares.

**Olhos cobertos**

Dois meses depois, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, Cafasso afirmou que assinou o depoimento sem ler: "Eu nunca poderia ter dito de onde partiram os tiros porque, quando a confusão começou, com os piqueteiros jogando pedras no ônibus em que eu estava, protegi o rosto com a mochila e não vi mais nada. Só ouvi os tiros. Na polícia, só me lembro que eu falava pouco e o homem escrevia muito, e depois não li o que ele escreveu".

O motorista disse ainda que o policial responsável pela tomada do depoimento não era de Leme — cidade de 60 mil habitantes a 176 quilômetros de São Paulo — mas seria capaz de reconhecê-lo se a Justiça pedisse. "Não sei se ele era delegado ou escrivão. Era um homem gordão, de bigodes", lembra Cafasso.

Como o depoimento não foi assinado por esse policial, mas pelo delegado de Leme, João Batista Aguiar, em seu requerimento, o advogado Greenhalgh solicita que José Henrique Cafasso seja reinquirido para esclarecer quem é o responsável pela deturpação das suas declarações.

Além disso, o advogado quer esclarecer mais dois pontos obscuros do inquérito, segundo ele repleto de irregularidades. "O primeiro é a questão das armas apresentadas pela PM sem a listagem dos seus portadores no dia do conflito. Havia 120 policiais armados, e é preciso saber quem usava qual arma. Outra providência que vamos pedir é a devolução imediata dos laudos de balística, até hoje não encaminhados pela polícia genica ao responsável do inquérito. Esses laudos são necessários para se fazer a comparação entre os projeteis encontradas aos corpos das vítimas e as armas utilizadas pelos policiais militares", explicou Greenhalg.

Luís Eduardo Greenhalgh informou que faltam apenas as procurações dos dois filhos menores de Suely Correia, viúva do bóia-fria Orlando Correia, assassinado no dia do conflito, para entrar com uma ação judicial civil no fórum de Leme, em nome do Centro Santo Dias (entidade de defesa dos direitos humanos ligada à Cúria metropolitana de São Paulo), responsabilizando o estado pelas mortes e solicitando indenização para as famílias das vítimas.